

A política de enfrentamento como produtora de dano: a epidemia de crack no contexto da saúde pública contemporânea

The policy of confrontation as a creator of harm: the crack epidemic in the context of contemporary public health

Isabela Bentes¹

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2012 a 2014, na cidade de Natal - Rio Grande do Norte, localizada no nordeste do Brasil, região com maior número de usuários/as de crack do país, em que tinha por objetivo investigar como o discurso da epidemia de crack foi capaz de mobilizar a formulação de políticas públicas em saúde a fim de diminuir os danos provocados pelo uso abusivo de crack e de situações de vulnerabilidades associadas. A intenção desta pesquisa veio contribuir com elementos no debate que tem sido evidenciado em que a opção por caracterizar a questão das drogas como saúde, e não segurança pública, tem fundamentado o discurso hegemônico de combate ao crack. A metodologia partiu inicialmente de uma análise sistemática de matérias jornalísticas publicadas no jornal *Tribuna do Norte* entre os anos de 2010 a 2014, utilizou dados da pesquisa "Perfil dos Usuários de Crack e/ou Similares no Brasil", assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes do plano "Crack é Possível Vencer" e de agente do programa "Consultório de Rua". Concluiu-se que o discurso da epidemia, longe de qualquer relação com os determinantes epidemiológicos da saúde pública, ela é caracterizada a partir da construção social do pânico moral e da história social protagonizado fundamentalmente pela mídia e pelo poder público, e legitimados pelo saber médico dominante. Na implementação do plano "Crack é possível Vencer" concluiu-se que, longe de atender aos usuários/as em situação de vulnerabilidades através dos acessos às redes de saúde e assistência social, ele foi capaz de intensificar o processo de administração da exceção através do aumento repressivo nas cenas de consumo de crack, amplificando os processos de produção de dano à saúde pública.

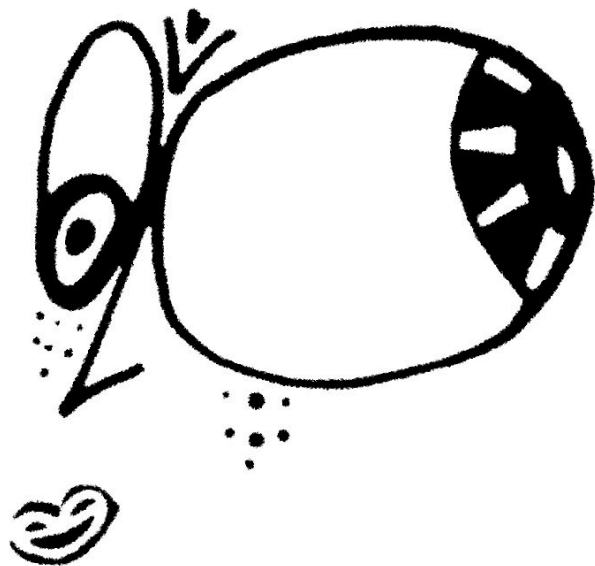
Palavras-chave: Epidemia, Crack, Saúde.

Abstract

The essay presents the results of a research done through the years of 2012 to 2014, in the city of Natal - Rio Grande do Norte, located in Northeastern Brazil, region with the greatest number of crack users in the country, with the goal of investigating how the discourse of crack epidemic was capable of mobilizing the elaboration of public policies in health in order to reduce the damage caused by abusive crack use and of the associated situations of vulnerability. The intent of this research is to contribute with the debate that has been made evident, in which the option for characterize the drug situation as a health, not public security, question has been established as the hegemonic discourse in the fight against crack. The methodology initially came from a systematic analysis of journalistic articles published in the newspaper *Tribuna do Norte* between the years of 2010 and 2014, used data from the research "Perfil dos Usuários de Crack e/ou Similares no Brasil" (Profile of users of crack and/or similars in Brazil.), as well as the implementation of semi-structured interviews with agents of the plan "Crack é Possível vencer" (Crack, it is possible to win) and of agents of the program "Consultório de Rua" (Street Clinic). It was concluded that the discourse of an epidemic, far from having any relationship with the epidemiologic determinants of public health, is characterized through the social construction of moral panic and social hysteria led fundamentally by the media and by public power, and legitimised by the dominant medical knowledge. In the implementation of the plan "Crack, é possível Vencer" it was concluded that, far from aiding the users in vulnerable situations through access to the health network and social assistance, it intensified the process of an administration of exception through increased repression in the sites of crack consumption, amplifying the processes of damage production to public health.

Keywords: Epidemic, Crack, Health.

¹ Isabela Bentes (isa.bentes@gmail.com) é Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é doutoranda em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas da Universidade de Coimbra, e integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos- NEIP.



Introdução

O artigo traz à tona o debate acerca das políticas de enfrentamento ao crack, em especial, o programa “Crack é Possível Vencer”, do governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais, que apresenta a questão da prevenção, do cuidado e da segurança como estratégia para findar o consumo de crack no Brasil. Inserido no conjunto de políticas públicas de enfrentamento ao crack, foi realizado após pesquisa nacional encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) à Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), que sistematizou o perfil dos usuários de crack e/ou similares nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal, apontando a existência de 370 mil pessoas que fazem consumo regular de cocaína fumada – crack, pasta base, merla – o que corresponde à 0,8% da população das capitais⁴.

Esta política estruturou-se a partir da ordem de um discurso baseado na fundamentação epidemiológica do consumo de crack, em que sua produção foi controlada, selecionada,

organizada e distribuída a partir de determinadas práticas procedimentais⁷. Tal discurso, estruturado a partir de atuações fundamentalmente da mídia e da classe política do país, baseou-se em uma noção de que algo deveria ser feito para combater esse mal iminente que vinha destruindo famílias e levando os jovens à condição de indigência, lançando mão de uma subjetivação imagética em que as figuras dos usuários eram associadas a “zumbis”, e que era necessário combater o vetor dessa moléstia que mataria o indivíduo em pouco tempo e que, portanto, deveria ser combatida: o crack. Tal fenômeno não é exclusivo no Brasil: os Estados Unidos lançou, em primeira mão, o discurso da epidemia do crack em torno de 1980, discurso responsável por um crescente número de publicações nos principais jornais, descrevendo histórias assustadoras, fazendo o então presidente Ronald Reagan discursar cadeia nacional de televisão sobre a tolerância zero e a formulação de cruzadas contra esse “mal” como meios de combater o crack. A mídia, a guardiã do consenso³, instrumento por excelência da difusão desse

discurso, garante e legitima um controle social ainda maior da população, principalmente àque-la que corresponde a uma identidade “suspeita” e responsável pela disseminação desta molés-tia: o povo negro e empobrecido pelo capital. Reinerman e Levine⁸ lembram que esse período, conhecido como *drug scare* em referência ao *red scare* implementada pelo presidente McCarthy em 1950 ao referir-se à política de combate ao comunismo, iniciou a histeria midiática e a aten-ção política a partir dos anos 1980, quando o formato da cocaína fumada apareceu em alguns bairros empobrecidos, embora desde 1970 já te-nha havido a explosão do consumo de cocaína.

A construção social da epidemia de crack, que herdou tal conceito para referir-se a tal mani-festação de uma doença, utilizando o termo utili-zado para falar sobre a propagação de doenças, como a malária, a peste negra, a gripe espanhola e o HIV/aids, foi instrumentalizada para a realiza-ção de políticas emergenciais legitimadas a partir de um pânico moral e de uma histeria social que implica na reação oficial fora de proporção fren-te a usuários, conclamando especialistas a falar “em uma só voz” sobre taxas, diagnósticos, prog-nósticos e soluções⁶. Tal epidemia, portanto, trata de um episódio em que um determinado grupo de pessoas passa a ser definido como perigoso aos valores e interesses societários, apresentado de forma estereotipada pela mídia e estigmatizado por barricadas morais mobilizadas por editores s mídia, bispos, políticos e especialistas socialmen-te aceitos¹. Formuladas as condições para a pro-pagação do pânico moral que apresenta o uso co-mo algo negativo, irracional e lamentável, promove incidentes chocantes e medos ampliados¹⁰.

A análise desse movimento é, portanto, um instrumento que permite entender como temores e preocupações expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, uma vez que esses nunca são espontâneos e desprendidos

de interesse⁷. Partindo deste cenário, as políticas de enfrentamento ao crack, foram destrinchadas ao longo desse artigo.

Método

Muitos dos dados aqui apresentados foram resultados das discussões da equipe de Natal – Rio Grande do Norte, durante a pesquisa do “Perfil dos Usuários de Crack e ou Similares nas 26 capitais e DF”, composta por antropólogos, sociólogos, cientistas sociais e enfermeiras. O método adotado na primeira etapa da pesquisa consistiu no mapeamento das cenas de consumo existentes na cidade de Natal, que serviram à se-gunda etapa da pesquisa, em que os endereços, horas e dias da semana foram pré-determinados pela FioCruz para realização de recrutamento de usuários, entrevistas e testagens. Assim, foram adotadas duas metodologias na pesquisa: a *Time Location Sampling* (que possibilitou o acesso às populações flutuantes de usuários de crack e ou similares e seus padrões de consumo nas cenas de consumo) e a *network scale-up*, que viabiliza a estimativa de usuários de crack no país.

As entrevistas foram realizadas em escolas e pontos de atenção à saúde da cidade de Natal, sempre próximos das cenas de consumo, confor-me nos encaminhamentos da coordenação geral da pesquisa. Uma equipe dirigia-se às possíveis cenas de consumo em determinados hora e dia, com uma hora de antecedência visando à obser-vação do local e início do processo de aproxima-ção com os/as usuários/as presentes naquela “cena”, quando eram entregues instrumentos de redução de danos, como preservativos e instru-ções de diminuir o dano provocado pelo uso abu-sivo do crack, além de ser feito o convite para participar do estudo.

Para aqueles/as que apresentavam inte-resse em participar eram entregues convites

nominais com o local a comparecer para a realização da entrevista. Chegando ao local, o usuário era encaminhado para equipe entrevistadora, para responder a um questionário que identificava a sua trajetória de vida, padrões de consumo de drogas e envolvimento com a Justiça. As entrevistas tinham duração, em média, de 25 minutos, quando depois eram encaminhados/as para testagem de HIV/aids, através do teste rápido HIV-1/2 na Bio-Manguinhos em que, através dos coquetéis de antígenos presentes, pode-se detectar a presença de anticorpos específicos da infecção pelo HIV tipos 1 e 2 e, em seguida, eram realizados os testes das hepatites virais¹¹.

Dando continuidade às entrevistas, posteriormente se tentou contatar a maior parte dos responsáveis pelo comitê gestor do plano “Crack é Possível Vencer”, da cidade. Entretanto, só duas entrevistas semiestruturadas foram realizadas: uma com a responsável pelo segmento das políticas de saúde adotadas no plano, uma vez que não foi possível identificar os outros atores sociais envolvidos da formulação, implementação e aplicação deste programa na cidade, e a outra com um agente de redução de danos do programa “Consultório de Rua”, em que possibilitou determinar as ações junto a essa determinada população em situação de vulnerabilidades associadas.

Posteriormente, foi realizada uma análise sistemática de matérias jornalísticas publicadas *online* no jornal local Tribuna do Norte, durante os anos de 2010 a 2014 – período de implementação dos planos de enfrentamento ao crack. Essas matérias foram categorizadas conforme os subtemas: apreensão, crimes relacionados tráfico de drogas; os usos do crack; mortes por uso

de crack; políticas públicas sobre crack e outras drogas; pesquisas sobre drogas, religião, família; eleição e drogas) – categorias formuladas para localizar somente os textos com notícias e matérias de todo o estado do Rio Grande do Norte.

Resultados e discussão

O material catalogado sobre crack no jornal Tribuna do Norte resultou em 719 notícias de 2010 e 2014, tratando: 353 notícias sobre apreensão, crimes relacionados tráfico de drogas, 93 sobre os usos do crack, 12 sobre políticas públicas sobre crack e outras drogas, 14 sobre pesquisas a respeito de droga, 12 sobre religião, família e drogas e 9 sobre eleição e drogas, demonstrando que o tema se tornou recorrente nas mídias. As publicações realizam a construção de um cenário grotesco, formulando uma identidade social de usuários/as em situação de extrema indignação, em que se estabelecem “cenas” em que há o consumo recíproco de uma substância antropomorfizada: usuários/as consumindo e sendo consumidos pelo crack. Essas cenas, cunhadas pejorativamente de “cracolândia”, são traduzidas como um todo homogêneo para todas as regiões do país, desconsiderando particularidades de dinâmicas e fluxos que existem em cada local. Tal construção imagética é tomada como referência para a constituição de uma noção epidêmica em que a questão central não é a difusão de uma determinada doença em larga escala, mas sim a ideia de que, no primeiro contato com o crack, o indivíduo já se torna dependente, portanto, um doente que foi infectado por um vetor contaminado junto ao qual o óbito será imediato.

Contrapondo este cenário, a catalogação das reportagens permitiu verificar que não houve nenhum registro de mortes decorrentes ao uso do crack, ou seja, casos de overdose ou

¹¹ Os testes de escarro para identificação de doenças pulmonares não foram realizados por falta de equipamentos disponíveis nos centros de atendimentos de saúde básica da cidade de Natal.

outras causas relacionadas diretamente ao uso dessa substância. Entretanto, há um mecanismo semântico em que mortes relacionadas ao crack (ou seja, mortes associadas ao mercado ilegal das substâncias psicoativas tornadas ilícitas) são tomadas como fundamento de uma relação de causa-efeito, onde o se estabelece que o crack leva o indivíduo à morte, não questionando a estrutura social alicerçada nas dinâmicas da cadeia produtiva posta na ilegalidade dessa substância, bem como o aumento da repressão, dos conflitos gerados pela disputa de território do varejo das drogas, dos acertos de contas, dentre outros instrumentos extralegais deste mercado.

Ao destrinchar minuciosamente os fatos trazidos no jornal, percebeu-se que existe um dispositivo de agendamento diário em que as matérias e reportagens são lançadas com diferentes títulos, embora possuam, em seu conteúdo, a repetição de algo já publicado anteriormente. Ou seja, as matérias editadas diariamente fazem com que exista permanentemente abordagem acerca do crack. Na pesquisa, observou-se 59 notícias relacionadas à apreensão de crack, que geraram 118 matérias com títulos e datas diferenciados, porém de mesmo conteúdo.

Em relação aos dados jornalísticos observa-se que, em período pré-eleitoral e em consonância a megaeventos ocorridos no Brasil, há o perceptível o aumento de projetos de lei e de ampliação de políticas públicas sobre drogas, como, por exemplo, a massificação de ações de internação compulsória para indivíduos em situação de abuso. Numa delas, descreve que o deputado federal Osmar Terra, autor de um projeto de lei que endurece a política sobre drogas no país, teria subido ao púlpito do Parlamento com um saco na mão simulando que ali continha a quantidade de pedras que um usuário de crack consumiria em um dia – algo em torno de 50 a 100 pedras. No

entanto, essa teatralização na política não condiz com os dados retirados da pesquisa da FioCruz, que estabelece que esses usuários consomem, em média, 16 pedras por dia⁴.

A conjuntura brasileira permitiu o surgimento da discussão de que a questão das drogas não deveria mais ser tratada como questão de segurança pública, mas sim como um caso de saúde pública. Entretanto, a fundamentação punitivista continua predominante nas políticas públicas sobre drogas, fazendo que não haja, essencialmente, distinção entre saúde pública ou segurança pública e termine adotando modelos de intervenção que reforçam o estigma, a exclusão social e a higienização dos espaços públicos das cidades.

O plano “Crack é Possível Vencer” tem esse modelo e foi o maior projeto de caráter nacional de combate ao crack a reforçar esse discurso através do financiamento e parceria das chamadas “comunidades terapêuticas” como instrumento do Sistema Único de Saúde. Essas instituições, em sua maioria, são de caráter religioso e ausentes de estrutura e de profissionais especializados que possibilitem, de forma integral, a atenção aos internados compulsoriamente em situação de abuso de substâncias psicoativas ilícitas. Vale ressaltar que profissionais da saúde, como psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais apontam a baixa eficácia do tratamento de usuários em situação de abuso internados compulsoriamente².

Esses resultados apresentados constituem o pânico moral e histeria social deste tempo. Tais elementos, vai dizer Tony¹⁰, apontam:

“Moral panic was something negative, irrational, and regrettable; shocking or frightening incidents occurred, raw emotions took over, fears magnified, panic set in, inhibitions weakened, and public officials overreacted. Whether, however, the result of a moral panic is negative and to be regretted

depends on its nature and result, and who makes the assessment”⁹(p.86).

Thompson⁹ (p.4) afirma que muitas pessoas que acreditam que a sociedade esteja ameaçada moralmente creiam que ela necessita de um renascimento dos valores tradicionais, o que as levaria a defender uma forma idealizada do que teria sido a ordem social do passado. No entanto, no que diz respeito às drogas, falar em ordem social do passado não significa resgatar seus padrões de consumo, de produção e de comércio regulados. Ao contrário, significa manter a ordem social do passado que conquistou políticas de proibição associadas aos discursos de abstinência do uso de qualquer droga hoje ilegal.

A situação de pânico social, portanto, esconde as desigualdades sociais, os processos de exclusão social dos indivíduos com direitos negados, camuflando através do discurso da epidemia, que estabelece relação de causalidade entre o consumo de crack e a pobreza. Entretanto, a realidade social apresenta o consumo de crack, assim como o uso abusivo de álcool, não como geradores da pobreza, mas sim como derivados dela: indivíduos usuários que formam essa massa marginal têm situação de pobreza anterior ao consumo. O discurso da epidemia, dessa forma, é mais um instrumento manipulador a ocultar as raízes da desigualdade social e da exclusão social, da pobreza e de outros fatores associados a essas situações de vulnerabilidade.

Ao dissimular a pobreza como causa do uso de crack, o pânico moral afirma-se como mais um dispositivo de controle social disciplinador da sociedade a uma ordem hegemônica, relação Estado-sociedade onde o primeiro estabelece práticas de vigilância e controle para que seja possível a manutenção do privilégio de exercer o aparato de controle social e das situações de desigualdade.

Considerações finais

As políticas de enfrentamento às drogas trazem consigo o fundamento da prevenção ao crime, ou seja, a eliminação de um potencial criminoso, ou no caso, daquele visto como “doente” que precisa ser resgatado. Entende-se que essa população usuária de drogas como o crack, em sua maioria negra, pobre e vulnerável socialmente tem recebido uma dupla associação punitivista, tanto nos segmentos da segurança pública, como da saúde pública, presentes nos discurso da união das forças institucionais e da sociedade civil para derrotar este mal.

O sentimento geral de terror na sociedade garante que toda política em caráter emergencial de enfrentamento tenha plena aceitação, reforçando paradigmas médicos que fortalecem as formas tradicionais de punição como tratamento, traduzindo-se em internações forçadas, fortes relações com instituições religiosas, utilização de trabalhos forçados (ou a chamada laborterapia), etc, que se revelam nas denúncias de maus tratos e estruturas precárias de atenção, negação das identidades diferenciadas transformadas em patologia¹¹, onde as propostas de “cura” associadas a abstinência significam a abrupta retirada do indivíduo de seu meio social o que resulta no rompimento de relações sociais já estabelecidas com outros indivíduos de situação semelhante, isolando-os em instituições totais, vigiando-os e punindo-os pelos atos “errôneos” promovidos ao longo da vida pregressa dos/as usuários/as em situação de abuso. Desta forma, as políticas de saúde e segurança possibilitaram o enrijecimento da política criminal e a produção de dano social através de políticas de enfrentamento às drogas, que na atual conjuntura não têm previsão de serem revisadas, tampouco refundadas.

¹¹ Por exemplo, a população transexual, assim como a de profissionais do sexo, que registra alto consumo de crack, é associada ao uso por ter sua situação de subjetividade particular questionada, situação frente a qual muitas vezes a “cura” para a droga, na verdade reveste a não discussão de sua situação de discriminação social e de gênero.

Referências

1. Cohen S. Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers. London: MacGibbon & Kee; 1979.
2. Coelho I, Oliveira MH. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. *Saúde debate*, v. 38, n. 101, p. 359-367, 2014.
3. Del Olmo R. A face oculta da droga. Rio de Janeiro: Editora Revan; 1997.
4. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa nacional sobre uso de crack. Quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil. Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <http://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>.
5. Foucault M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola; 2004.
6. Hall S, Critcher C, Jefferson T, Clarke J, Roberts B. Policing the crisis: mugging, the state, and law and order. London: Macmillan; 1978.
7. Miskolci R. Estética da existência e pânico moral. In: Rago M, Veiga-Neto A. (Orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica; 2003. p.227-238.
8. Reinerman C, Levine HG. Crack in context: politics and media in the making of a drug scare. *Contemp. Drug Probl.* 1990; 16(4):535-577.
9. Thompson, Kenneth. Moral Panics. London, Routledge, 1998
10. Tonry M. Thinking about crime: sense and sensibility in american penal culture. New York: Oxford University Press; 2004.

